



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008452-40.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Rosemeire Aparecida Paschoalim**
 Requerido: **Banco Bradescard S.A. e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

A autora **Rosemeire Aparecida Paschoalim**, qualificada nos autos, propôs ação declaratória de inexigibilidade de débito, com pleito de tutela antecipada c.c. danos morais em face de **Banco Bradescard S.A e C&A Modas Ltda.**, igualmente qualificados nos autos.

Em suma, sustenta a autora que é titular de um cartão de crédito que lhe foi oferecido pela segunda requerida e administrado pela primeira requerida. Salienta que sempre efetuou o pagamento das faturas na data do vencimento, porém, a partir do mês de maio do corrente ano começou a perceber diversas cobranças indevidas em sua fatura. Dirigiu-se ao estabelecimento da ré C&A e fez reclamações. Foi orientada a efetuar o pagamento apenas dos valores devidos, com a promessa de que nos meses seguintes esses valores não mais seriam incluídos em sua fatura, contudo, os valores continuaram a serem cobrados. Da fatura com vencimento em 11 de agosto de 2017, no valor de R\$ 347,66 reconhece devida apenas a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

importância de R\$ 68,39. Efetuou depósito judicial dessa quantia. Sustenta que tentou resolver a questão amigavelmente. Alega que sofreu constrangimento e angústia desnecessária em razão da conduta das rés, o que configuraria dano moral indenizável. Salienta haver recebido "oportunidade especial de parcelamento", mas com juros exorbitantes. Requer: a) a concessão de tutela antecipada para cancelamento do débito no valor de R\$ 279,27, sob pena de multa-diária no valor de 1/3 do salário mínimo; b) a declaração da inexigibilidade do débito; c) a condenação das rés, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.585,40, equivalente a vinte vezes o valor da cobrança indevida imputada à autora.

Juntou documentos (fls.13/21).

Em manifestação a fls. 22 a autora colacionou aos autos comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 68,39.

Decisão a fls. 25 indeferiu o pleito de tutela provisória.

Em manifestação a fls. 33 a autora colacionou aos autos comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 35,06, referente à fatura do mês de setembro de 2017.

Citadas as rés contestaram, suscitando, preliminarmente, carência de ação por falta de interesse de agir e inépcia da inicial. No mérito, aduzem, em síntese, que a autora apenas alegou não haver realizado as compras, mas nada comprovou a esse respeito. Salientam que as compras foram realizadas com cartão com tecnologia Chip e senha pessoal, portanto, de uso e conhecimento exclusivo da titular. Argumenta que pela data das compras reconhecidas e das compras em discussão é possível perceber que foram feitas em um curto período de tempo, presumindo-se que o cartão estava na

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

posse da autora. Sustentam que houve ativação do parcelado fácil em razão do pagamento pela autora de valor menor do que o valor total das faturas. Salientam que o parcelado fácil foi cancelado, em caráter de exceção, em razão das reclamações da autora junto aos canais de atendimento ao cliente. Alegam que a autora não fez prova do suposto dano moral alegado. Em caso de condenação, o valor a ser arbitrado deverá ser fixado com moderação. O contrato é válido e o débito é exigível. Não há respaldo legal para concessão da tutela pretendida. Não há que se falar em aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Requereram a improcedência do pedido.

Juntaram documentos (fls. 56/212).

Impugnação a fls. 223/227.

Decisão a fls. 240/241 inverteu o ônus da prova e determinou que as partes especificassem as provas que pretendem produzir.

Manifestação das rés a fls. 245/249 e da autora a fls. 250/252.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, I, do NCPC, tratando-se de matéria que independe de dilação probatória.

De início, afasto a preliminar de carência de ação que pertine ao mérito no caso em tela.

Afasto a preliminar de inépcia da inicial porque a autora atendeu aos requisitos do art. 319 NCPC, tendo a peça vestibular permitido o pleno exercício do contraditório.

Aplica-se ao caso vertente as regras do Código de Defesa do Consumidor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A responsabilidade das requeridas é objetiva, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor: "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

A possibilidade da ocorrência de fraude é um risco inerente à atividade desenvolvida pela instituição financeira ré. De rigor, portanto, sua responsabilização pelos riscos de sua atividade, e não o consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor, fundado na teoria do risco da atividade, estabelece a responsabilidade objetiva dos prestadores de serviço por danos decorrentes de vícios de inadequação, de quantidade e de segurança. A responsabilidade civil em casos que tais independente da prova de culpa na conduta do fornecedor de serviços, admitindo a exclusão da responsabilidade apenas quando o fornecedor provar que o defeito inexistiu ou quando o dano decorre de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (arts. 14, caput, e § 3º e 20, da Lei nº 8.078/90).

Decisão a fls. 240/241 determinou que as rés comprovassem a realização das despesas pela autora e não se desincumbiram do ônus que lhes competia.

Verifica-se que a autora impugnou os débitos da empresa Listo Fácil, duas parcelas de R\$ 71,10 (compra em 17/04), da empresa Dupim e Krasouski, no valor de R\$ 58,00 (compra em 30/04) e dois débitos do Parcelado Fácil, cujos valores estão ilegíveis.

Em réplica a autora insistiu que não deve à Listo Fácil, omitindo-se no que diz respeito aos demais débitos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Há verossimilhança nas alegações da autora. Inúmeras são as reclamações quanto as cobranças da empresa Listo Fácil (cf. fls.228/239). Ademais, tal despesa, ao contrário das demais, não é condizente com o perfil da autora.

É cediço que o sistema é falível, já que há possibilidade de utilização do cartão de crédito por meio de compras pela internet com a simples identificação do número do cartão e código de segurança, sem autenticação do chip e utilização de senha pessoal, o que possibilita a atuação de falsários.

Para afastar a responsabilidade pelo risco criado, a instituição financeira teria que demonstrar a culpa do consumidor e não o fez, portanto, não se desincumbiu de seu ônus. A culpa exclusiva da vítima não foi caracterizada.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo:

Apelação 1009219-23.2015.8.26.0510 RESPONSABILIDADE CIVIL – TRANSAÇÕES LANÇADAS EM CARTÃO DE CRÉDITO DA AUTORA E POR ESTA VEEMENTEMENTE IMPUGNADAS – RÉU QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE COMPETIA QUANTO À REGULARIDADE DAS OPERAÇÕES, LIMITANDO-SE A SUSTENTAR A INVIOABILIDADE DE SEU SISTEMA DE SEGURANÇA – EXISTÊNCIA DE "CHIP" E SENHA PESSOAL QUE NÃO AFASTA AS FALHAS NAS TRANSAÇÕES EFETUADAS COM O CARTÃO - RISCO DA ATIVIDADE EXERCIDA PELO BANCO QUE NÃO PODE SER TRANSFERIDO AO CONSUMIDOR - MATÉRIA OBJETO DE EXAME EM PROCEDIMENTO DE RECURSO REPETITIVO PELO C. STJ – INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS DESCRITOS NA INICIAL – CONDENAÇÃO DO DEMANDADO À DEVOLUÇÃO SOMENTE DOS VALORES PORVENTURA COBRADOS E COMPROVADAMENTE PAGOS PELA DEMANDANTE A TÍTULO DE ENCARGOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DIRETOS E INDIRETOS SOBRE OS DÉBITOS DECLARADOS INEXIGÍVEIS – DETERMINAÇÃO PARA QUE O RÉU EXCLUA O NOME DA AUTORA DE CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO, POR CONTA DOS DÉBITOS OBJETO DESTES AUTOS – RECURSO PROVIDO EM PARTE, COM OBSERVAÇÃO. (TJSP; Apelação 1009219-23.2015.8.26.0510; Relator (a): Paulo Roberto de Santana; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Foro de Rio Claro - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/09/2017; Data de Registro: 14/09/2017).

APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E DE TUTELA ANTECIPADA - LANÇAMENTOS INDEVIDOS EM FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - RECURSO - DÉBITOS EM CARTÃO DE CRÉDITO IMPUGNADOS PELA AUTORA - TRANSAÇÕES QUE REFOGEM DE SEU PERFIL - ELEMENTOS DOS AUTOS QUE CORROBORAM A PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ DA CONSUMIDORA - FATO DE TEREM SIDO FEITAS AS OPERAÇÕES MEDIANTE USO DE MAGNÉTICO COM CHIP E SENHA NÃO EXCLUI, POR SI SÓ, A POSSIBILIDADE DE CLONAGEM OU DE QUALQUER OUTRO MECANISMO ESPÚRIO - DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE RIGOR - LANÇAMENTO EM FATURA DE VALORES INDEVIDOS QUE NÃO CONFIGURA, ISOLADAMENTE, DANO EXTRAPATRIMONIAL - PRECEDENTE DO STJ - CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AFASTADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP; Apelação 1018778-05.2017.8.26.0002; Relator (a): Carlos Abrão; Órgão


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/09/2017; Data de Registro: 05/09/2017).

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito, quanto a cobrança da empresa Listo Fácil.

No tocante ao dano moral, por óbvio que os transtornos suportados pela autora superaram a esfera do mero aborrecimento, mesmo que o seu nome não tenha sido incluído nos órgãos de proteção ao crédito. A autora por diversas vezes esteve no estabelecimento da segunda ré a fim de resolver a questão, ocasionando-lhe transtornos e perda de tempo.

Portanto, o que se configurou nos autos foi o dano moral puro, *in re ipsa*, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos. Demonstrado o fato ofensivo, caracterizado está o dano moral.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Apelação 1009872-94.2015.8.26.0002 AÇÃO INDENIZATÓRIA. Pleito fundado em indevida subtração de numerário da conta corrente de titularidade do autor, derivada de compras desconhecidas. Revelia caracterizada. Sentença de parcial procedência, para determinar a restituição do numerário, e condenar a ré ao pagamento de danos morais, no valor de R\$ 5.000,00. Apelo da ré. Presunção relativa da veracidade dos fatos, face a caracterização da revelia. Utilização do cartão de crédito em operações financeiras não reconhecidas e contestadas pelo consumidor. Alegação de que as despesas estavam em conformidade com o perfil do usuário do cartão de crédito. Descabimento. Impugnação idônea e tempestiva pelo consumidor. Sistema de chip com senha pessoal que está sujeito a fraudes, tal qual na hipótese dos autos. Danos morais caracterizados, ainda que não apontado o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, porquanto, em decorrência dos fatos, o autor perdeu tempo, tranquilidade, não havendo falar em mero contratempo. Sentença mantida. Apelo desprovido. (TJSP; Apelação 1009872-94.2015.8.26.0002; Relator (a): Ramon Mateo Júnior; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 6ª Vara Cível; Data do Julgamento: 21/06/2017; Data de Registro: 27/06/2017)

Assim, fixo a indenização no valor pretendido pela autora, R\$ 5.864,67 (cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), sabendo-se que tal verba tem por objetivo servir de punição às requeridas pela ofensa a um bem jurídico imaterial da vítima (honra), dar ao autor uma quantia que não é o *pretium doloris*, mas sim o meio de lhe oferecer oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, seja intelectual, moral ou material, dado que a soma em dinheiro ameniza a amargura da ofensa.

Destarte, julgo procedente em parte o pedido de declaração de inexigibilidade da dívida para declarar inexigíveis os débitos da autora com a empresa Listofácil e procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando, **solidariamente, BANCO BRADESCO S/A e C&A MODAS LTDA.** a pagar para **Rosemeire Aparecida Paschoalin** indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.585,40 (cinco mil quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), quantia que deve ser atualizada por correção monetária desde a sua fixação nesta sentença (Súmula 362 do STJ) e por juros legais de mora desde a citação.

Autorizo as rés a efetuarem o levantamento das quantias depositadas nos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em virtude de sua sucumbência preponderante condeno, solidariamente as rés ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor total da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de novembro de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**